

Apresentação do Dossiê

"Política Pública em Contexto Pandêmico em Escolas Rurais: o Programa Escola da Terra como Afirmação do Direito à Educação"

Prof. Dr. Alessandro Pimenta¹
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Ramofly Bicalho²
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

As políticas públicas que tangem à Educação do Campo voltadas aos professores das escolas com classes multisseriadas e escolas quilombolas é uma grande conquista dos movimentos sociais do campo, com participação intensa do *Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC* no acompanhamento e análise crítica da execução dos programas desenvolvidos pelo governo federal, especialmente, o *Programa Escola da Terra*. Este Programa fundamenta-se teoricamente numa tendência crítica da educação, visando à alteração das práticas pedagógicas e elevação do padrão cultural de educadores/as e educandos no Brasil.

O *Programa Escola da Terra* foi criado pela Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013. É uma das ações do *Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO*. Ele fortalece as políticas públicas de Educação do Campo no Brasil, priorizando os seguintes eixos:

- 1) Realização de formação continuada específica de professores que atendam às necessidades de funcionamento das escolas do campo nos diversos territórios camponeses;
- 2) Ações de acompanhamento pedagógico, gestão dos processos formativos e práticas pedagógicas de educadores e educadoras do campo, por meio de uma equipe constituída de docentes das universidades federais, coordenadores estaduais e tutores das redes municipais de ensino;
- 3) Oferta de recursos didáticos e pedagógicos de alfabetização/letramento e matemática, para atender as especificidades formativas das turmas dos anos iniciais do ensino fundamental.

¹ Pós-Doutor em Filosofia pela UFRJ. Doutor em Filosofia pela UGF. Professor no curso de Educação do Campo na UFT. Professor Permanente no Mestrado Profissional em Filosofia, UFPR – Núcleo UFT. Coordenador do *Programa Escola da Terra* no Tocantins, Brasil. E-mail: pimenta@uft.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9134635312252299>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9882-2034>.

² Pós-Doutor em Educação pela UFF. Doutor em Educação pela UNICAMP. É Professor Associado II na UFRRJ. Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola - PPGA e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), ambos na UFRRJ. Autor de diversos livros e artigos sobre Educação do Campo e Movimentos Sociais. E-mail: ramofly@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3815218617988955>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0571-6481>.

O *Programa Nacional de Educação do Campo* foi lançado no dia 20 de março de 2012, através da Lei nº 12.695, com o objetivo de oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios na implementação da política de Educação do Campo. Nesse contexto, a Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013, cria o *Programa Escola da Terra* como uma das ações do PRONACAMPO. Seus objetivos contribuem na implementação de ações de melhoria na infraestrutura das redes públicas de ensino, formação inicial e continuada de professores, produção e disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas, com apoio das universidades, secretarias estaduais e municipais.

Neste dossiê, encontramos diversas abordagens do contexto que deu origem às políticas públicas de Educação do Campo, indicando, especialmente, os principais aspectos do *Programa Escola da Terra*. Oriundas da mobilização das organizações e movimentos sociais, essas políticas públicas evidenciam que a luta pela reforma agrária popular transcende a luta pela terra, uma vez que compreende a ocupação de diversos outros espaços vinculados à educação popular. Cabe notar que a diversidade de abordagens aponta justamente para a diversidade de identidades e de territórios envolvidos. Verifica-se que o campo não é limitado, agora, a uma geografia física, mas é um local de manutenção da vida, do convívio, da coletividade e das lutas em uma perspectiva de inclusão social e identitária.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, Decreto nº 7.352/2010).

Assim, considerando sua historicidade e materialização, não há um olhar dogmático sobre perspectivas teóricas, nem sobre suas ações no chão da escola. A riqueza deste Programa, entre outras coisas, encontra-se em sua diversidade e em sua liberdade no âmbito das formulações de propostas pedagógicas que partem das realidades locais e a elas voltam ressignificadas, considerando a formação recebida pelos cursistas. Isso o difere de diversas propostas de formação de professores advindas tanto das esferas federal, como estadual ou municipal, nas quais, não em raros casos, as formações já vêm elaboradas em sua totalidade e, também, contendo perspectivas de homogeneidade o que desconsidera as peculiaridades de cada estado ou localidade. É nesse sentido que, ao tratar da relação urbano e rural, bem como suas definições Veiga apresenta um exemplo importante de uma compreensão equivocada que durante décadas foi hegemônica:

Infelizmente, o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma “cidade” na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes (VEIGA, 2005, p. 07).

O *Programa Escola da Terra* necessita ser cada vez mais debatido e aprofundado no âmbito das políticas públicas de Educação do Campo. Neste contexto, identificam-se incontáveis ações que se articulam, por exemplo, com a agricultura familiar, agroecológica e orgânica na interface com os movimentos sociais do campo. Visualizam-se, no Programa, conquistas significativas no que diz respeito à formação emancipadora dos educadores e educadoras do campo, em parceria com as universidades públicas, secretarias municipais e estaduais de educação.

Tem-se uma parceria público-público na qual uma política, inicialmente, de governo, consolida-se como política de estado visto que desde 2013 a formação acontece, independente do governo em exercício. Não se nega que a Educação do Campo se estabeleceu a partir de diversas lutas políticas da sociedade civil organizada, mas por si, tais lutas não teriam surtido o efeito que surtiram se politicamente não tivessem conseguido um *locus* no Ministério da Educação com a criação da *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD*. Isso fez com que práticas já amadurecidas nas Escolas Famílias Rurais, nas escolas rurais, nos acampamentos e nas diversas experiências educativas do PRONERA chegassem a uma Coordenação específica da Educação do Campo na SECAD. Se todo o acúmulo de experiências e saberes começa a ter um lugar e institucionalizações, especialmente a partir dos anos 2000, como a aprovação do parecer CNE/CEB nº 36/2001, datado em 4 de dezembro de 2001 - *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo* e, posteriormente, com implantação da *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD* e suas demais nomenclaturas posteriores, como a atual *Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - SEMESP*, as políticas públicas de formação de professores são potencializadas por perspectivas nas quais o “campo” alarga seu conceito para além de uma dimensão territorial, voltado a uma formação humana e crítica, desenvolvida na coletividade, onde a escola é um âmbito privilegiado de formação e, saliente-se, de formação específica voltada às escolas do campo, nas quais os cursistas são protagonistas.

Ter uma formação voltada aos professores de escolas rurais, preferencialmente, multisseriadas, na qual cada universidade pode elaborar seu projeto conforme a realidade do estado, implica que o campo é valorizado desde a concepção da proposta formativa e que os municípios que aderiram ao *Programa Escola da Terra* participam do processo de

definição de cursistas, bem como seleção de tutores. Assim, cada ente que participa tem suas responsabilidades desde a concepção do projeto, definição de equipe formativa, definição e seleção de cursistas e tutores. Há um avanço significativo desta formação que se iniciou como Aperfeiçoamento e, hoje, oferta a Especialização. Como já se afirmou que se trata de um pacto federativo com regras definidas na Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013, uma informação é importante: os municípios e estados devem realizar a seleção dos tutores. Este fator não é segunda ordem, pois implica em uma nova prática no interior do Brasil, o qual está acostumado a realizar indicações de cunho majoritariamente político-partidário, sem observar as competências necessárias ao exercício da tutoria. Romper com práticas patrimonialistas com aspectos constitucionais como isonomia, publicidade, legalidade e moralidade nas seleções trouxe e traz à formação em questão tutores que colaboram com mais profissionalismo e engajamento no *Programa Escola da Terra*, visto terem claros seus compromissos e, não sendo apadrinhados políticos, a formação consegue seus objetivos com liberdade de cátedra aos professores. Ainda, é importante notar que, atualmente, esta política pública desde 2013 esteve em expansão e hoje se encontra em todas as regiões do país.

Este percurso imbrica e incorpora a expressão “educação do campo”: Parecer nº 36/2001 do Conselho Nacional de Educação, a Resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002, que define as *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo* e a Resolução nº 02, de 28 de abril de 2008, que define as *Diretrizes Complementares para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo*. Acrescente-se *O PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica* (Resolução nº 04/2010/CEB/CNE). Nestes documentos oficiais a Educação do Campo é reconhecida como modalidade de ensino. Esta concepção é reformçada pelo Decreto nº 7.352/2010 que institui a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, além do PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo, instituído pela Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013 (PRAXEDES & ROSSATO, 2016).

Este dossiê possui algumas características que englobam a perspectiva do *Programa Escola da Terra*. Nele, encontram-se artigos de todas as regiões do país, há diversidade de perspectivas teórico-metodológicas amadurecidas e experimentadas durante os encontros formativos, os quais partilham da Alternância Pedagógica como processo e epistemologia. É possível, portanto, verificar, que se por um lado, há, como se mencionou, a luta dos movimentos sociais, a ação do FONEC e do movimento *Por uma Educação do Campo*, há, também, a

Pedagogia Histórico-Crítica, a educação de cunho freireano, bem como ecletismos. O dossiê não visa apresentar uma hegemonia em experiência e bases teóricas, mas ao contrário, em diversidade de territórios, se a formação os considera e este dossiê bem o mostra, há a diversidade de formações num mesmo programa. Entretanto, nestas diversidades de sujeitos, o objetivo do programa permanece, o quê só enriquece as práticas pretéritas e atuais. Eis a face desse dossiê: O *Programa Escola da Terra* se consolidando como uma política de estado, encontrando-se e materializando-se em todo o território nacional, vinculado às melhores práticas da Educação do Campo no Brasil e na Iberoamérica.

A considerar o contexto maior que se insere o *Programa Escola da Terra*, o dossiê ***"Política Pública em Contexto Pandêmico em Escolas Rurais: O Programa Escola da Terra como Afirmação do Direito à Educação"***, vem não somente oportuno, mas necessário, visto que não se pode compreender este programa e sua expansão sem perceber o protagonismo da sociedade civil, dos Movimentos Sociais do Campo, das materializações de novas legislações nas quais o tempo e o conceito de campo fundidos nas práticas escolares ampliam a sistematização do "rural" existente até então na LDB. Os vinte artigos que se encontram neste dossiê investigam epistemologias e práticas do *Programa Escola da Terra*, ligando-o a perspectivas macro das políticas públicas de Educação do Campo, as quais são frutos de lutas históricas. Acrescente-se a entrevista presente neste dossiê que enriquece as discussões em torno da Educação do Campo em um contexto pandêmico, permeado de necropolíticas e resistências. A entrevista foi realizada com a Profa Dra. Suze da Silva Sales, docente no curso de Educação do Campo da UFT em Arraias, o qual foi responsável por sua implantação. Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos-SP (2018), com realização de pesquisa Sanduíche na Universidade de Lisboa (2017). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2007). Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Patos de Minas (2004). Todas as suas formações desde a graduação privilegiaram a pesquisa em Educação rural e do Campo. Foi Coordenadora Institucional do PROCAMPO e do PIBID-Diversidade da Universidade Federal do Piauí (2012-2013). Coordenou a Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas Pedagógicas em Educação do Campo da UFT/MEC (2014). Atualmente, é Coordenadora de Área do PIBID do Núcleo de Educação do Campo da UFT. Integra a equipe de Coordenação do *Programa Escola da Terra* (2017-Atual) no Tocantins. É Professora Permanente no Mestrado Profissional em Filosofia - PROF FILO/UFT, além de integrar comissões nacionais de avaliação da CAPES referente a livros didáticos.

O primeiro artigo, *"Ação Escola da Terra com fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica"*,

de Elisete Santos, Marize Carvalho e Celi Nelza Zulke Taffarel, todas da Universidade Federal da Bahia investigam a partir da PHC - Pedagogia Histórico-Crítica a Ação da Escola da Terra no curso de Especialização. A análise marxista realiza uma proposta crítica na qual se conclui que a universidade em sua autonomia de ensino, pesquisa e extensão consegue ofertar uma elevada formação a professores que supera outras propostas que carecem de criticidade.

Também em uma perspectiva marxista, Clarice Zientarski, Fernanda Pâmela do Nascimento e Perla Almeida Rodrigues Freire da UFC no *segundo* artigo intitulado “*Escola da Terra Ceará: Educação do Campo e a Pedagogia Histórico-Crítica à luz do Materialismo-Histórico-Dialético*”, abordam a experiência do programa visando aprensetar o processo de formação considerando suas bases filosófica, pedagógicas e didáticas. Uma dificuldade abordada no processo educativo foi o modelo remoto implantado em razão Covid-19.

Daniel Barbosa dos Santos e Roberto Francisco de Carvalho demonstram no *terceiro* artigo, a saber, “*A relação dos professores das escolas do campo com o Programa Escola da Terra no contexto da gestão educacional no município de Dianópolis – Tocantins*” como a experiência da formação no sudeste do Tocantins contribuiu para a melhora entre a comunicação dos professores de escolas do campo e os gestores municipais. Os autores identificam que o módulo *Legislação da Educação Campo* foi fundamental, uma vez que possuiu o foco na gestão educacional. Ainda considerando a Amazônia Legal, no Tocantins, o artigo *quarto*, intitulado “*Práticas Socioculturais em Linguagens Matemáticas no Programa Escola da Terra*” cuja autoria é de Alessandro Pimenta, Edinho B. Santos, Regina D. Araújo apresenta como a formação de professores de escolas do campo no módulo Linguagens Matemáticas considerou a aprendizagem a partir da etnomatemática, promovendo uma relação de aprendizagem envolvendo aspectos sociais e vitais dos cursistas.

Permanecendo, ainda na Região Norte, no *quinto* artigo, “*O Programa Escola da Terra em tempos de pandemia Covid-19: experiências de formação contínua em Presidente Figueiredo/AM*”, Érica de Souza e Souza, Gabriel Rodrigues do Nascimento, Heloisa da Silva Borges e Cláudio Gomes da Victória demonstram os resultados das atividades formativas e investigativas na Universidade Federal do Amazonas no âmbito do *Programa Escola da Terra* em 2020-2021, também como artigos já mencionados, no contexto pandêmico. Infere-se, pelos dados colhidos, que a experiência pedagógica partiu da realidade dos camponeses sob um viés interdisciplinar.

George Coelho, no artigo *sexto*, “*Fernando de Azevedo e O Iº Congresso Brasileiro de Ensino Rural: A Formação de Mestres-Escolas para o Campo na Década de 1930*” demonstra a repercussão da confência *Problema da Educação Rural* entre os reponsáveis pela educação nesta modalidade. A importância do artigo, segundo o autor, é trazer à tona uma história viva que contribui para

reflexões atuais e impedir que o esquecimento seja uma marca da Educação do Campo/Rural, onde, já na década de 1930, havia uma preocupação por parte de Fernando de Azevedo na realização de uma formação adequada à realidade econômica e identitária das populações rurais.

Ana Hammel e Roberto Antônio Finatto, ambos da UFFS assinam o artigo *sétimo*, “*A Educação do Campo e o estudo da realidade: o processo de formação continuada de educadores no programa Escola da Terra – Paraná*” que reflete sobre a necessidade e a importância de se considerar a realidade (i)material da escola e da comunidade no trabalho pedagógico. O artigo contempla a temporalidade que vai de 2015 a 2021. Todos este acúmulo de experiência e saber permitiu uma *práxis* na qual os sujeitos indígenas e do campo sejam considerados e, igualmente, reconheçam-se como fundamentais em todo o percurso pedagógico onde o campo supera elementos puramente geográficos, mas seja compreendido como “território de vida”.

O *oitavo* artigo, de autoria de Iraci Uchoa, de Arminda Mourão e de Edilberto M. dos Santos da UFAM, “*As relações vividas no chão das escolas do campo: Humaitá em foco*” analisa, a partir do Materialismo Histórico-Dialético, os impactos da Covid-19 no município supracitado. A pandemia alterou as relações sociais e entre elas as relações no “chão da escola”. A consequência que o artigo traz é que se acentuou neste período a precarização das escolas do campo e que o *Programa Escola da Terra* tem sido um elemento contra-hegemônico na realidade pandêmica. “*Avaliação da política educacional: o programa escola da terra e sua implementação no Estado de Pernambuco*” se constitui no *nono* artigo, cuja autoria é de Kátia Cunha e Janine Silva. A análise de cunho Pós-Estruturalista verificou as dificuldades de implementação do Programa em Pernambuco, com destaque à estruturação da Alternância e possibilidades de superação.

O dossiê traz em seu *décimo* artigo a experiência da Educação do Campo no México. Em “*Implicaciones del cierre de escuelas por COVID-19 en las prácticas de docentes rurales mexicanos*”, Manuel Robles, Diego Juárez Bolaños e Blanca Araceli Rodríguez Hernández identificam os problemas enfrentados pelos professores de escolas rurais no que tange à sua carga de trabalho. A pesquisa realizada com 194 docentes aponta que quase 80% afirmam o aumento da precariedade de trabalho e mais de 92% identificam diminuição dos índices de aprendizagem. Tais dados estão íntimamente ligados ao Covid-19.

Pedro Macedo e Ramofly Bicalho no *décimo primeiro* artigo identificam o resultado de pesquisa sobre o *Programa Escola da Terra* no Amapá. Neste artigo, há uma pequena alteração de nomenclatura, mas de grande sensibilidade: “Escola da Terra, das Águas e das Florestas”. Apresentam o reconhecimento das identidades envolvidas e compreendem que o programa aproximou e colaborou para o diálogo entre professores e gestores de forma democrática. Já o

décimo segundo artigo, “*A Licenciatura em Educação do Campo no Brasil: levantamento do observatório da institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo*” de Heloísa Vitória de C. Paula, traz um mapeamento da Licenciatura em Educação do campo no Brasil, notadamente, com estratégias no período pandêmico. Em “*Notas sobre uma pesquisa cooperativa com professores de comunidades camponesas, quilombolas e indígenas*”, Darli Collares e Luís Henrique Sommer assinam o décimo terceiro artigo que num primeiro momento, baseia-se em Nóvoa e Niza e, num segundo momento, Piaget, a fim de defender uma nova possibilidade de formação numa comunidade prática de professores que fortaleça as especificidades da cultura profissional, para além da sala de aula.

Maria Cristina dos Santos recupera, em “*Programa Escola da Terra em São Paulo: educação continuada de professores do campo*” que constitui o décimo quarto artigo, o histórico da implementação do *Programa Escola da Terra* na UFSCAR em 2017 e sua abordagem teórica apartida da PHC. Conclui-se que, mesmo sendo um pacto federativo, a mobilização dos sujeitos em uma perspectiva contra-hegemônica é fundamental para a Educação do Campo e do programa *Escola da Terra*. Ainda, tratando da experiência da UFSCAR, tem-se o décimo quinto artigo, notadamente “*Políticas públicas para a democratização do ensino superior público: o registro da experiência do curso de especialização em Educação no Campo da UFSCar*” redigido por Patric Oberdan dos Santos, José Leite dos Santos Neto e Luiz Bezerra Neto. O texto analisa a Especialização em Educação do Campo, cujo planejamento e realização se estabeleceu no diálogo entre a universidade, PRONERA e Movimentos Sociais do Campo. No décimo sexto artigo, “*Programa Escola da Terra: a formação de professores como possibilidade de concretização do direito à educação*”, de Maria Cláudia Zaratini Maia analisa a importância do conhecimento e do direito à educação na formação continuada. Tanto o professor e o aluno precisam deste conhecimento reflexivo e o artigo mostra como o *Programa Escola da Terra* pode ser um meio para esta concretização. O décimo sétimo artigo é assinado por Luiz Bezerra Neto, também da UFSCAR. Em uma linguagem autoral e amadurecida, o texto “*Escola da Terra em Tempos de Negação da Escola*” proporciona aos leitores leitores uma reflexão sobre as várias faces que o capitalismo foi adquirindo, bem como as estratégias contra-hegemonicas, contra o agro que se reveste de uma faceta pop, mas baseados em apoios parlamentares e dos meios de comunicação de massa, onde a classe trabalhadora, além destes enfrentamentos teve que enfrentar a pandemia. O artigo termina colocando o problema muitas vezes apagado, do trabalho em escolas unidocentes cujo um dos poucos programas de formação que colocam este problema é o PRONERA.

Damiana de M. C. França explora no *décimo oitavo* artigo intitulado “*A formação profissional no programa nacional de educação do campo*” as políticas públicas entre 2011 a 2014 no Pronaec Campo, seus atores e interesses, bem como antagonismos inerentes a este processo. Em seu *décimo nono* artigo, denominado “*Impactos políticos do Programa Escola da Terra na formação continuada em escolas rurais*” de Alessandro Pimenta e de Suze Sales investigam, baseados na PHC, como a formação continuada de professores neste programa possibilitou, especialmente no Tocantins, conquistas e impactos políticos como a abertura de escolas no Campo em comunidade Quilombola. Avalia-se, ainda, a colaboração interinstitucional entre diversas universidades e, por conseguinte o empoderamento desta formação.

Este dossiê finaliza em seu *vigésimo* artigo “*A juventude do campo e a disputa de projetos de escolarização: relações entre capital, trabalho e educação*” escrito por Celi Taffarel e Sicleide Queiroz analisando um grupo específico: os jovens. O texto destaca que a escolarização destes não se encontra alheia ao projeto hegemônico nas escolas do campo inseridas, muitas vezes, na lógica do capital. O artigo traz a contribuição da PHC para estas questões a partir da experiência Ação Escola da Terra FAGED/UFBA que faz uma formação crítica *para e no* campo. A PHC, como referência abre e fecha, este dossiê em diálogo com outras tendências contra-hegemônicas.

Boa leitura a Todos!

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Decreto nº 7.352/2010*. Institui a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, além do PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo. Brasília: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL. *Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013*. Institui o Programa Escola da Terra. Brasília, MEC, 2013. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30695064. Acesso em: 11 ago. 2022.

PRAXEDES, W. L. & ROSSATO, G. (2016). *Fundamentos da educação do campo: História, legislação, identidades camponesas e pedagogia*. São Paulo: Edições Loyola.

VEIGA, J. E. A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional. *Cadernos do CEAM*. Vol. 17, Fevereiro 2005. Também disponível em: http://www.nomads.usp.br/documentos/textos/modos_vida/14_veiga/elidaveiga_relacao_ruralurbano.htm. Acesso em: 24 ago. 2022.